

CUBA: ESTADO E SOCIEDADE CIVÍL UMA RELAÇÃO AMBÍGUA

OLGA CABRERA*

RICKLEY LEANDRO MARQUES**

RESUMO

Em Cuba, nos primeiros anos do processo revolucionário iniciado em 1959, houve uma interessada confusão entre os conceitos sociedade civil e Estado, tal qual se colocou em pauta naqueles anos pela liderança política. A primeira foi construída, desde o discurso político, principalmente o de Fidel Castro, como idêntica ao Estado. Se constituiu em um fato comum falar de povo e Governo, nesse caso o Governo Revolucionário. Neste trabalho tentaremos ver como isso afetou, durante muitos anos, a constituição da sociedade civil em Cuba e pelo tanto o desenvolvimento do processo de democratização do país. A prolongada crise econômica cubana foi provocando uma ruptura na visão do Estado paternalista, abrindo também uma possibilidade de construir uma saída democrática e mais consistente para o país. Independente do bloqueio comercial de Estados Unidos, a crise econômica decorre também pelos obstáculos impostos às possibilidades de crescimento interno devido à carência de autonomia da sociedade civil

PALAVRAS-CHAVE: Cuba, democracia, crise economica, sociedade civil.

ABSTRACT

In the early years of the cuban revolutionary process started in 1959, there was an interested mess among the concepts of civil society and state, as it was placed on the agenda by the political leadership in those years. The first was built from the political discourse, mainly Fidel Castro's one, as identical to the state. It was made a common fact to speak of the people and Government, in this case the Revolutionary Government. In this paper we will try to see how it affected for many years the formation of civil society in Cuba and the development of the democratization process in this country. The prolonged economic crisis in Cuba was causing a break in the vision of the paternalistic state, opening up a possibility of building a democratic and more consistent exit for the country. Apart from the commercial blockade of the U.S, the economic crisis also stems by the obstacles imposed to the possibilities of internal growth due to the lack of autonomy of civil society.

KEYWORDS: Cuba, democracy, economic crisis, civil society.

Introdução

Nos mês de Dezembro de 2011 se cumpriram 20 anos de uma participação da autora, convidada à Feira Internacional do Livro de Guadalajara, para dissertar sobre o tema da situação cubana perante a queda do Sistema Socialista Mundial. A conferência se centrou, fundamentalmente, nos possíveis caminhos que se apresentavam como alternativas para o governo cubano: uma delas, previa então, a criação de mecanismos mais rígidos de controle estatal e a outra, uma maior confiança na autonomia da sociedade civil para dar início ao processo de democratização. Não ignorava que a primeira alternativa tinha mais potencialidade dada a história dos trinta anos de fortalecimento de uma ditadura que, ainda a nome da identificação Povo/Estado, cada dia mostrava sua face mais pessoal. De alguma maneira esse conflito é semelhante ao que está acontecendo hoje com as transformações econômicas do ano de 2011. A economia malogrou pelos empecilhos colocados ao fortalecimento da autônoma da sociedade civil. Novamente, o governo cubano tenta uma transformação econômica que provocará, sem dúvida alguma, um desenvolvimento do capitalismo com um mercado de trabalho independente do Estado que vai deixando para atrás seu perfil assistencialista. Mas, este tem-se desenvolvido com grandes deformações durante cinquenta anos de fortalecimento de uma burocracia estatal corrupta e ineficiente e com fortes traços de nepotismo nas suas articulações internas. As transformações econômicas, recentemente divulgadas (2011), têm por objetivo a eliminação do Estado assistencialista mas, sem diminuir os rígidos controles burocráticos. Sem dúvida, estes têm-se fortalecido mediante a incorporação da elite militar nos mais altos postos administrativos do Estado.

Antecedentes

Uma breve história do processo pelo qual a sociedade civil cubana foi apagando-se, apesar da força de seus movimentos sociais e culturais na década de 1950, sem precedentes na história não apenas do país, também de América Latina, poderá deixar mais claramente expostos os argumentos que após 1959

foram utilizados para justificar a eliminação de algumas organizações, o controle de outras e a criação de um aparato estatal verticalizado no qual estariam representados, sob um rígido controle, todas as instituições e organizações.

O processo revolucionário cubano desatado contra a ditadura militar de Fulgencio Batista tinha um objetivo central enunciado em *La História me absolverá* (documento de defesa de Fidel Castro no julgamento dos assaltantes do quartel Moncada, no 26 de Julho de 1953), a restauração da Constituição democrática de 1940. Quando, finalmente, as Forças Armadas Revolucionárias chegaram à Havana estabeleceu-se o governo revolucionário e aquelas substituíram o antigo exército. Desde Columbia, principal sede do Exército e do ditador Fulgencio Batista, foram dirigidos os primeiros discursos de Fidel Castro ao povo.

O ano de 1959 foi decisivo para a organização do novo Estado. As primeiras tentativas de alguns grupos, dentro do próprio movimento revolucionário, de compartilhar o poder, foram derrotadas. Um dos exemplos foi a do Diretorio Revolucionário, e o outro, o movimento em prol da reinstauração da Constituição de 1940, encabezada por José Miró Cardona e Manoel Urrutia Lleó, Primeiro Ministro e Presidente, respectivamente, do Governo Provisional de 1959. O ex-presidente Manoel Urrutia Lleó tinha sido defensor dos assaltantes ao quartel Moncada. No entanto, as novas forças policiais e o próprio Exército Rebelde intervinham, obstruíam enclausuravam os órgãos de imprensa. Qualquer oposição, por pequena que fosse, era rotulada como inimiga da revolução e instrumento imperialista. As vozes oposicionistas foram caladas pela força e os freqüentes discursos na Praça da Revolução, ou na televisão, converteram-se nos mecanismos de comunicação entre o líder Fidel Castro com o povo. Constantemente justificavam-se as repressões da Polícia Revolucionária e do Exército Rebelde como realizações do próprio povo. Dessa forma, ao ser fechado o caminho democrático, o processo anunciado em *La historia me Absolverá* sofreu um giro à conceição totalitária do poder. A sociedade civil ficava totalmente desestruturada porque qualquer manifestação autônoma era vista como a favor dos “inimigos da Patria” e pouco mais tarde também inimigos do socialismo. Um exemplo notório do

poder unipessoal e das consequências das perdas democráticas podem ser visualizadas na falta de consulta aos especialistas durante o processo da Reforma Agrária. Sem dúvida que a entrega da terra a quem a trabalhava era uma reivindicação de longa data e a primeira Reforma Agrária (Maio de 1959) respondeu a essas expectativas históricas, quase 60% da terra trabalhada pelos camponeses foi entregue em propriedade e 40,2% passou a ser propriedade estatal.¹ Porém no ano de 1962, se realizou uma segunda reforma agrária que transformou a maioria da propriedade rural em propriedade estatal (70%), passando a ser assalariados do Estado os trabalhadores que faziam suas labores nessas grandes propriedades estatais. No entanto, os camponeses foram reduzidos a 20%. Essas mudanças provocaram uma grande crise de alimentos nos anos de 1960, e mais grave ainda, na década de 1970. Os planos do governo, ou melhor do Comandante em Chefe (nome com que começou a ser chamado Fidel Castro), de transformar a agricultura desestimulando a experiência de séculos dos camponeses, desembocou em um completo fracasso: As mudanças da zona frutífera, de legumes e de vegetais da província Havana, por café (com a introdução de uma espécie de café denominado Caturra), e a de gado da Bacia do rio Cauto, na província de Oriente, por arroz; a introdução de vacas leiteiras canadenses, liquidando uma raça criada e adaptada no clima cubano e que, desde o século XIX vinha sendo apresentada com sucesso em eventos internacionais, foram tentativas que coadjuvaram à destruição da economia cubana.

No ano de 1970, o plano fantástico da “Safrá dos Dez Milhões”, elaborado por Fidel Castro, foi questionado por um engenheiro durante sua apresentação devido à incapacidade técnica das usinas açucareiras (foi castigado com o desterro ao quase desértico Guanahacabibes, extremo ocidental de Cuba). Esses exemplos permitem entender a crise de alimentos dos fins de 1960 e primeiros anos de 1970 e, sobretudo, a relação que tem esta com a inexistência do contraponto da sociedade civil.

Subsídios soviéticos e a crise após a queda do campo socialista mundial

Os subsídios da União Soviética ajudaram, nos fins de 1970 e na seguinte década, à estabilidade econômica do país. Porém, com a queda do socialismo aqueles desapareceram, desencadenando-se uma crise econômica muito grave para o país. Com os campos de cultivos reduzidos a uma terceira parte (as grandes propriedades de terras estatais demonstraram sua ineficiência), o governo foi obrigado a autorizar o mercado livre camponês, já desde fins da década de 1980.

O impacto da derrubada socialista no processo cubano, significou uma queda de 36% do PIB, entre 1990 e 1993. A capacidade importadora da economia nacional caiu em 75%, e foi necessário utilizar 65% da disponibilidade monetária na importação de petróleo e de alimentos. A compra de alimentos em 1992 se reduziu à metade da de 1989.² Sem entrar em outras aspectos, focamos nossa atenção nos efeitos sobre as condições de vida: o consumo de quilocalorias diminuiu de 3 mil para 1,9 mil, e o de proteínas, de 80 para 50 gramas.³ Essa contração chegou a criar, nas regiões mais deprimidas do país, uma situação de desnutrição que, aliás, foi a base de graves transtornos de saúde.

Além disso, os cortes prolongados de energia elétrica foram frequentes, o transporte público e outros serviços se reduziram ao mínimo, a construção de moradias sofreu uma interrupção quase total, no entanto as velhas edificações sofreram desabamentos, aumentando a precariedade das condições de moradia; a infraestrutura hospitalar sofreu uma deterioração com carências na tecnologia médica e até dos lençóis para camas e colchões de fato inservíveis. Mas, os efeitos sociais da crise foram além dos fenômenos concretos antes descritos. A distorção da economia foi tão grave que, no ano de 1985, estimou-se que somente 49% do consumo total de bens e serviços obtinha-se como resultado do trabalho, no enquanto o 51% restante procedia de subsídios e gratuidades contidos nos fundos sociais de consumo.⁴

O acréscimo das desigualdades sociais colocou em pauta as reivindicações daqueles mais afetados pelas mudanças no país. Uma das mais graves contradições sociais na Cuba de hoje é a discriminação racial. Contrariamente às idéias decorrentes nos anos iniciais da revolução de 1959, o preconceito e a discriminação do negro vão aparecendo com suas cargas negativas. Há pesquisas que revelam a exclusão do negro do mercado de trabalho mais favorecido, o do turismo, um dos poucos nos quais se ganha em dólares. Aparentemente a violência racial não passa de violência verbal, porém atribuem-se sempre ao negro as atividades delituosas. Alguns dos depoimentos dos que selecionam trabalhadores para a indústria do turismo justificam a não seleção do negro(a) com argumentos sobre sua inferioridade (dados ao roubo, por carecer de beleza física, assim como pelo comportamento grosso dentre outros). A leitura dos resultados da pesquisa, se não estivesse delimitada à cidade Havana, poderia levar a pensar que os entrevistados procedem de uma organização racista num país com segregação racial.⁵ Penso que o grande paradoxo reside no fato de que o mesmo Governo, que há mais de cinquenta anos abriu novas possibilidades ao homem negro, ao fechar a dinâmica espontânea dos grupos desenvolveu condições para um racismo ainda pior. Não existe possibilidade de diálogo, nem discussões entre setores sociais diferentes, todos tem que submeter-se ao discurso homogêneo que os interpreta por igual e no sobolo vão germinando os preconceitos, sem os limites que pode providenciar o debate. A discriminação da mulher é outro dos graves problemas de consequências imprevisíveis. O autoritarismo é uma das formas que pode adotar o machismo, assim, com frequência, tem sido utilizados argumentos que descrevem as mulheres opositoras como histéricas, loucas (principalmente nos discursos de Fidel Castro).

O igualitarismo que, em 1959, privilegiou a entrada da mulher em alguns postos de trabalho, foi acompanhado de uma maior subordinação. As dificuldades da vida quotidiana contribuíram também para isto. As mulheres mais confiáveis, seguras, equilibradas e firmes eram e são aquelas sempre próximas à figura política do macho (marido, pai, irmão, amante, filho) com uma destacada posição no aparato burocrático do Estado. Qualquer tentativa de discussão sobre a inferioridade da mulher fica restrita ao pequeno e seletivo

grupo da Academia, autorizado para essas pesquisas reservadas mas, seus resultados, não podem ser socializados, nem debatidos coletivamente, e menos ainda formar parte de um programa de políticas públicas.

O Partido Comunista de Cuba iniciou a sequência de congressos, a partir do ano de 1975, no mesmo estilo dos partidos nascidos da tradição marxista dos países de Europa de Leste. A administração do Estado burocratizado, passou a ser concebida, na Constituição aprovada no ano seguinte, no perfeito funcionamento verticalizado das estruturas e das instituições, considerando os homens e as mulheres como sujeitos ideais, cujos valores tinham que ajustar-se aos do discurso político, orientado pelo Partido Comunista de Cuba (PCC), ainda que o poder de decisão ficasse restrito à vontade do reduzido grupo, integrante do Comitê Político. Nesse mesmo ano de 1976 foi criado o Poder Popular e as bases para a eleição de seus membros, apenas ao nível dos bairros.

As formas adotadas pelas instituições e as normas ditadas não deram conta de conter a sociedade que pretenderam controlar. O problema demográfico, com o envelhecimento social, revelou-se na década de 1980 e ainda que apontado por Alonso,⁶ como um dos causantes da crise econômica, essa análise fica incompleta ao fazer recair esse envelhecimento apenas no decréscimo das taxas de natalidade e no aumento da expectativa da esperança de vida. Certamente, muito mais que esses fatores, a responsável desse envelhecimento tem sido a emigração massiva de jovens nos dois grandes fluxos: o de 1980 e o de 1994, além dos mecanismos colocados em prática para a emigração individual, com grandes perdas de vidas humanas. Outras vias para a queda definitiva do país transitam pela prostituição de muitos jovens de ambos sexos. Na décadas de 1970 e nos primeiros anos de 1980, a sociedade cubana era ainda, maioritariamente jovem porém, na atualidade, é possível observar o predomínio dos idosos. A maioria dos jovens organizam suas vidas em função da emigração. O envelhecimento da sociedade pela migração de jovens é a maior evidência do fracasso do projeto antidemocrático do governo cubano.

As transformações econômicas

No início da década de 1990, uma crise econômica abalava os fragilizados cimentos da sociedade cubana. A queda do socialismo mundial revelou que Cuba tinha uma maior dependência econômica que em períodos anteriores de sua história. Com o intuito de enfrentar a crise foram adotadas reformas que introduziam elementos da economia de mercado. Alguns dessas reformas mostraram não formar parte de um plano articulado, embora servissem para conter a crise, cujos piores efeitos se sentiram na metade daquela década. Mas, Cuba estava longe da recuperação econômica, apesar de iniciar-se uma favorável mudança no cenário regional latino-americano, sobretudo com as mudanças em Venezuela que garantiram que não faltasse petróleo em Cuba.

O novo milênio trouxe ventos mais desfavoráveis com a crise econômica mundial e o alto preço alcançado pelos alimentos nas circunstâncias de predomínio, quase absoluto, da improdutiva propriedade estatal (as mudanças de entrega da terra para exploração cooperativa de fins de 1990 não foram significativas para uma maior produção de alimentos).

Até a década de 1980 tinha-se mantido o padrão de equidade (com a exceção de uma reduzida e privilegiada elite política). As reformas da década de 1990, com a exploração da indústria turística e a renda extra-salarial, as permissões para entrada das famílias e das remessas do exterior, terminaram de vez com o igualitarismo. Para tanto, os mais altos salários chegaram a conter até 15 vezes os mais baixos.⁷

A diferenciação social continuou seu ritmo acelerado com as transformações econômicas mais recentes. Segundo declarações de Raúl Castro,⁸ mais de 500 000 trabalhadores ficarão “disponíveis” em um breve período. Estas medidas não garantem nem seguro desemprego, nem treinamento para fazer algum tipo de atividade na economia informal, até há pouco proibida pelo Estado.

O panorama atual coloca a sociedade em um ordenamento artificial que ganha forma na dupla circulação monetária (o peso e o cuc), no abastecimento desigual, no desequilíbrio da pirâmide salarial, na extensão de uma economia

informal fora de controle e em muitas outras irregularidades. Essas distorções que vemos hoje, no cenário socioeconômico cubano, resumem os efeitos caóticos combinados da derrubada da economia, por um lado, e das medidas aplicadas para conter a queda, por outro. Sem dúvida, não se trata aqui de desconhecer os efeitos das limitações impostas pelo bloqueio, sem o mercado da União Soviética e o campo socialista porém, a crise na produção de alimentos tem sido provocada, principalmente, por uma desastrosa centralização estatal.

Alguns estudos revelam que as mudanças já vinham acontecendo pela força da dinâmica social. Assim, segundo Alonso,⁹ no período anterior às transformações econômicas, 2009, as empresas estatais e mixtas tiveram uma redução da força de trabalho, em 84%, no entanto no ano de 1980 concentrava 95%. Parece porém que esses dados contradizem outras informações dos economistas. Fernández Estrada¹⁰ afirma que a dinâmica do setor privado não é registrada pelo Sistema Nacional de Estatísticas. O Anuario de 2009,¹¹ publicado pela Organização Nacional de Economia, revela que, quase 25% da população na idade ativa (laboral) – 1 682 200 pessoas –, não estavam empregadas, nem buscando emprego. Outro dado acrescenta que a matrícula universitária para esse ano era de 606 863 estudantes, pelo tanto pode ser calculado que não menos de 1 070 000 pessoas em idade ativa não trabalhavam, nem estudavam na educação superior. Fernández Estrada¹² confirma que a maior parte dessa população estava empregada no setor privado, em condições não observáveis pelos mecanismos oficiais, seja como trabalhador individual, assalariado ou pequeno proprietário. Sem dúvida que a sociedade civil vêm enfrentando a crise pelos seus meios, sem necessidade do Estado.

As transformações econômicas do governo têm eliminado o subsídio em vários itens da cesta básica, cujos dias, segundo declarações de Raúl Castro, estão contados. Alguns autores¹³ justificam a medida sob o argumento de que a política de preços altamente diferenciados cria agentes favorecidos do comércio ilegal. Porém o autor parece esquecer que esses agentes, ou melhor, o câmbio negro, nome com o qual se identifica em Cuba desde os anos de 1960, nasceu e se desenvolveu não pelo subsídio dos preços, mas pela escassez dos alimentos. Além demais, porque razão, se todos os especialistas reconhecem a existência

de uma sociedade diferenciada por classes sociais, não é identificada a população vulnerável, destinando os subsídios apenas para ela. Falta uma política e também pesquisas endereçadas a localizar esses amplos setores na sociedade.

No discurso dos economistas defensores das leis do mercado sem interferências do Estado e do governo (que ainda falam de garantir a permanência do socialismo) descobre-se a influência da via chinesa de desenvolvimento.¹⁴ Em um país como Cuba, com o forte traço cultural do individualismo, a desconfiança no Estado, a apatia, o desencanto refletem sentimentos e estados de ânimo que tem provocado e provocarão o fracasso de uma via de desenvolvimento que se planeje às costas da sociedade civil. Essas teorias pensam em um socialismo mantido por obra e graça de uma elite governamental, no entanto na sociedade o capitalismo segue seu livre curso. Fernández Estrada¹⁵ recomenda ampliar as faculdades das empresas e reduzir os mecanismos da centralização, mas também eliminar o “rígido monopólio estatal nos mercados de bens e serviços”. Certamente, tal qual têm sido utilizada a política de preços pelo Estado, de aumento destes nos mercados sob seu controle, provocam também a alta dos produtos do setor privado. Contudo, a escassez dos alimentos é a causa principal dos preços inflacionários e toda a história dos 50 anos de poder tem revelado que a produção de alimentos, deixada nas mãos das empresas estatais ou coletivas, desembocou sempre no fracasso. Apenas o reduzido grupo da pequena produção camponesa tem tido avanços importantes.¹⁶

Paradoxalmente, a proposta de Fernández Estrada¹⁷ pode contribuir, em um estado deformado e corrupto, ao desenvolvimento de um capitalismo selvagem, devido à possibilidade de obtenção de lucros excessivos e do aprofundamento das diferenças de renda na população. Não é casual que a emigração “histórica” cubana, não a “histórica” como afirmou o capitalista cubano Carlos Saladrigas, se prepare (muitos afirmam que já controla parte do solo urbano a partir de procurações)¹⁸ para investir em Cuba e não se interesse com a autonomia da sociedade civil. A aproximação dos capitalistas cubanos ao Governo cubano se confirma no paralelo da diáspora chinesa e cubana, proposta pelo emigrado capitalista: “a diáspora de China desempenhou um

papel produtivo”.¹⁹ No interior do país alguns economistas sustentam idêntica posição:

En este conjunto se pueden incluir todas aquellas acciones que buscan crear determinadas condiciones económicas que induzcan a los sujetos a tomar decisiones en una dirección coherente con los objetivos deseados. Con ello las autoridades tienen en sus manos la posibilidad de modificar las circunstancias que enfrentan estos agentes y con ello influir indirectamente sobre sus comportamientos, a través de las llamadas políticas macroeconómicas, entre otras. La combinación entre mecanismos directos o indirectos de regulación consciente constituye otro de los rasgos distintivos en un modelo.

Naturalmente que, em Cuba, a experiência chinesa não será fácil porque os maiores obstáculos, para as transformações econômicas, procedem da apatia que segue a qualquer medida que se projeta sem a participação popular. Há uma falta de confiança num Estado que se fecha ainda mais na sua estrutura interna.²⁰ Percebe-se que as figuras que tem assumido as posições-chaves, os únicos autorizados a negociar com o capital estrangeiro, procedem da elite do Exército,²¹ como tínhamos assinalado antes, no qual a verticalização é ainda mais rígida. É interessante que as observações dos economistas vinculados ao governo se restringem a medidas relacionadas ao desenvolvimento econômico, deixando de lado os argumentos de justiça social e de igualitarismo que estiveram no centro do processo revolucionário nos primeiros anos:

En los espacios que el modelo de funcionamiento reserve a las relaciones mercantiles deben fomentarse estructuras de mercado competitivas, siempre mucho más justas y socialmente más eficientes. Aprender a manipular las condiciones del mercado de forma tal que sea posible la conducción de estas actividades hacia los objetivos de la reproducción sistémica, constituye uno de los principales retos en la actualidad cubana.²²

Observa-se, também, uma preocupação, antes ausente nos textos econômicos, pela qualificação da força de trabalho, tanto pela preferência que pode ter no mercado de trabalho aberto pela empresa privada, quanto para colocar freios aos fortes estímulos à emigração de jovens.²³

Por último, outra preocupação que se apresenta é a base bimonetária do mercado financeiro, ainda que este vá além das duas moedas cubanas, porque os negócios se fecham em euro e dólar frequentemente. Não há política de

créditos por parte do Estado e domina um panorama financeiro privado fora de todo controle, porque desenvolve-se na ilegalidade. Ainda que o governo possa, por decreto, deixar uma única moeda e fixe uma taxa de cambio, o funcionamento de outras moedas mais fortes continuará dominando o mercado financeiro.

Há outros obstáculos para o desenvolvimento capitalista que podem ser percebidos nas graves distorções que procedem das práticas de uma burocracia cubana formada, durante mais de cinquenta anos de poder, e que continua sendo a única confiável para o governo:

Conservar la centralidad de la planificación aceptando la presencia creciente de formas descentralizadas implica un profundo cambio tecnológico en la concepción y práctica de la planificación a todos los niveles. Sin embargo, ¿quiénes dominan hoy la tecnología de la planificación? Por lo general las personas dedicadas a la práctica de la planificación a lo largo del país cuentan – como acervo principal – con una experiencia personal de trabajo en esta esfera durante varias décadas. Por lo tanto, respecto a los métodos y concepciones actualmente empleados estos especialistas corren el riesgo de padecer el fenómeno de la “familiaridad acrítica”, teniendo en cuenta que en los últimos veinte años no ha existido en Cuba un desarrollo desde la academia dedicado a la investigación sobre esta temática.²⁴

A sociedade civil em cena

Apesar dos obstáculos que se colocam à liberdade de expressão, de reunião, organização e movimento, há um desenvolvimento da sociedade civil que cada vez mais reclama os seus direitos. Ainda que a sociedade civil sempre estivesse presente em Cuba, visível em diferentes práticas de resistência ao modelo cultural imposto, adotou múltiplas formas, identificadas na impugnação por meio de práticas sociais como o roubo à propriedade do Estado e a apatia pelo trabalho.²⁵ Porém, as primeiras manifestações públicas do estado crítico social se fizeram conhecer durante as Assembléias do IV Congresso do Partido Comunista de Cuba, no ano de 1989. Durante essas assembleias, o povo revelou suas aspirações democráticas: eleição direta pelo voto secreto do poder popular em todos os níveis (municipal, provincial e nacional), reabilitação do

mercado livre camponês e separação do Partido e da Administração do Estado, quer dizer, desestatização do Partido Comunista de Cuba. Após a abertura para as discussões preliminares nos centros de trabalho, com a participação de militantes e não militantes, o processo foi detido pela alta direção do Partido.

Hoje, é evidente que esse processo de emergência da sociedade civil não poderá ser detido novamente e isso se explica, justamente, na diferente visão que tem o cidadão comum sobre o Estado. Nas palavras de Alonso, intelectual cuja posição a favor do Governo não oferece dúvida alguma, encontramos uma descrição desse estado de ânimo das pessoas:

(...) essa crise também teve uma dimensão espiritual para a sociedade cubana: uma crise de paradigma, de incerteza, de poder ou não poder prever o futuro (nem no plano existencial, nem no político), de não saber com certeza se continuaríamos a viver numa sociedade capaz de colocar metas e de se orientar com elas, capaz de cumpri-las ou de não cumpri-las, e de corrigir rumos.²⁶

As mudanças propostas pelo Governo estão orientadas à permanência dos controles sobre a sociedade civil. Isso pode ser corroborado pelo exame das medidas de transformação da agricultura. No ano de 2010, o Decreto lei 259 destinou a entrega de terras ociosas para quem quer trabalhá-las, porém apenas em usufruto. Isso tem provocado reservas na sociedade e ainda que tenham entregue 1,18 milhões de ha a 128 435 solicitantes, no ano de 2011, 30% não tinham ainda começado a produzir. As travas burocráticas, como tinha descrito anteriormente, continuam com seus efeitos nos controles das colheitas e dos preços. Sem dúvida que os limites das reformas são impostos pelo medo do Governo à autonomia da sociedade civil cubana. Alguns especialistas, desde Cuba, têm reclamado dessa limitante orientação das transformações econômicas: Por que não entregar a terra em propriedade, por que manter esse controle do Estado, se este, durante cinquenta anos de proprietário da terra, tem demonstrado sua incapacidade para fazê-la produzir?²⁷

Apesar das limitações à autonomia da sociedade civil é nela que estão acontecendo as maiores transformações. Nos debates intelectuais são questionados a legitimidade da burocracia cubana e até a legitimidade de

denominar socialismo o estado de coisas existente no país, no enquanto são reivindicados princípios democráticos, tal como tinha colocado num artigo publicado no ano de 2008, na *Revista Brasileira do Caribe*,²⁸ a partir de minhas observações durante uma viagem a Cuba. Ainda as transformações econômicas não tinham sido realizadas, mas estava ciente que estas teriam que acontecer e viriam pela própria força dos movimentos internos. As mudanças econômicas respondem mais a esses estados de ânimo de uma população que já desiludiu-se do discurso político mas, estão destinadas a escamotear as verdadeiras reivindicações políticas. Acontece que o país não é o mesmo e essas transformações econômicas começam a ser questionadas; cada vez são mais as vozes que se levantam, reclamando aprofundar direitos democráticos no país. Penetrar nos questionamentos às medidas econômicas promulgadas leva a descobrir que as debilidades mostradas procedem do não querer acudir ao expediente democrático de participação social nessas mudanças.

Que a sociedade civil cubana está vivendo um momento muito interessante o revelam as seguintes declarações críticas de um advogado cubano, Wilfredo Vallin:

Não existe separação de poderes em Cuba, a Justiça é subordinada ao Executivo e recebe instruções da segurança do Estado. Somente os advogados reunidos nos “escritórios coletivos” - todos funcionários públicos – têm o direito de representar seus clientes nos tribunais.²⁹

O comentário do cronista de *Le Monde* revela que o entrevistado tinha um aprofundado conhecimento sobre a legislação socialista que lhe permitiu vencer, após dois anos de processo em uma instância de apelação, o reconhecimento da associação jurídica cubana, única organização jurídica autônoma.³⁰

Segundo o entrevistado relatou, somente após a “disponibilidade” da força de trabalho estatal decretada pelo Governo em 2011, autorizaram-se 178 profissões que podem ser exercidas de forma autônoma”. A proibição profissional, no entanto, se estende aos arquitetos, aos analistas de sistemas, aos professores e aos médicos. O código penal cubano pune atos que não são ilegais em outros países e como resultado as prisões estão lotadas. São

penalizados por causas tais como o proprietário de uma vaca abate-la sem autorização oficial, opinar sobre uma figura do Estado e mais grave ainda critica-la, assim como sair de Cuba sem permissão. Todos esses fatos são passíveis de pesadas penas de prisão. A Constituição autoriza os cubanos a escolherem seu local de residência, mas a polícia desaloja qualquer um que se estabeleça em Havana sem a permissão prévia da administração: “Detentos esperam por dois, três anos antes de serem julgados, razão pela qual queremos restaurar o habeas corpus”.³¹

Entre os intelectuais há diversas posições: uns iludem a necessidade da autonomia da sociedade civil, são as vozes oficiais que após 50 anos continuam identificando governo, estado e sociedade civil. Para esses, a crise se explica não pelas lideranças, mas pela “inércia” da sociedade civil (omitindo que a essa inércia era obrigada) “falta de modelos alternativos (capital profissional que agora temos em abundância), imaginação, talvez”.³² Ainda que devamos ressaltar que justamente não é de falta de imaginação que poderia ser acusado Fidel Castro, o único autorizado a ter iniciativas. As vozes de técnicos e especialistas existiram antes, mas tinham que permanecer caladas sob pena de sofrerem as consequências, ou ainda pior, serem identificadas como instrumentos do imperialismo.

Outros intelectuais argumentam que não é necessário, para as transformações econômicas, nenhuma outra mudança social e que poderá ser alcançado o desenvolvimento sem a autonomia da sociedade civil, apesar de ser reconhecida por todos a aprofundada mudança na subjetividade social cubana. Da visão de um Estado paternal que dava todas as garantias (trabalho, subsídios em alimentos mediante a “libreta” que inicialmente foi criada para o racionamento, atenção médica e educação gratuitas, dentre outras), passou-se à crítica aberta à sua incapacidade. Ainda há continuidade nos comportamentos de roubo à propriedade estatal, desinteresse e apatia pelo trabalho nas empresas e organismos estatais, e críticas ao excesso de controles, inibidores das iniciativas individuais. Porém, diferente do comportamento no período anterior, tem desaparecido a confiança no estado paternalista que resolve as questões fundamentais para a vida das pessoas. Sem dúvida, a educação primária e a saúde gratuitas continuam, apesar das carências, dentre elas de

médicos em Venezuela principalmente, além da emigração de muitos deles. Os próprios defensores do regime tem anotado as grandes deficiências da atenção hospitalar, pela falta de equipamentos tecnológicos e até do mínimo que requer um hospital para o seu funcionamento. A educação mostra seu rosto na falta de professores e muitos improvisados não possuem nem os conhecimentos básicos para instruir as crianças.³³ Por isso, os pais fazem enormes sacrifícios para pagar aulas particulares aos filhos (com bons professores que não trabalham para o Estado) porque o vestibular da universidade é o grande desafio ao alcance de uma minoria. Sem dúvida que algumas faculdades universitárias continuam desafiando a crise, oferecendo uma formação, sem dúvida, competitiva em relação a de outros países nas ciências, ainda que também nas letras e nas ciências humanas porque Havana, sobretudo, continua sendo um centro de efervescência cultural. E é nesses espaços onde é possível observar também um renascer da sociedade civil com um grande sentido crítico.

As críticas intelectuais penetram no Partido Comunista, alguns de seus membros intelectuais questionam seu caráter de Partido único à frente do Estado por bloquear “a evolução da sociedade”, como exprimiu em entrevista o diretor da *Revista Temas*, Rafael Hernández.³⁴ Outros rebatem esse critério mas aceitam a urgência de mudanças políticas, “O multipartidarismo não é a única alternativa ao partido único”.³⁵

Antonio Rodiles, um jovem economista que estudou no México, coordena, em sua própria casa, um fórum de discussão chamado “Estado de Sats”, cujos debates depois circulam na internet e sob forma de DVD, ou de pendrives. A sessão dedicada à emergência de uma sociedade civil em Cuba proclama: “O governo pode até reiterar sua fidelidade ao socialismo, mas as pessoas nas ruas agora pensam em termos de mercado, elas não querem mais depender do Estado”.

Depender do Estado não é nem sequer uma questão para ser colocada porque todos reconhecem que o Estado esta totalmente falido. Por isso, Rodiles afirma que, ainda nos casos dos que estão a favor da saúde e de educação gratuitos “elas (as pessoas na rua) não descartam mais serviços privados nesses domínios”.³⁶

Em outro artigo, Juan Carlos Fernández Hernández ressalta não existir respostas do Estado para a agonia dos desempregados, eufemisticamente denominados “disponíveis”; os salários são insuficientes, há crescente escassez, há ineficiência e incompetência nos serviços, sendo continuo o detrimento que sofre a educação, conforme aspecto escrito no artigo mencionado antes.³⁷ Ainda acrescenta sobre a falta de propostas viáveis e éticamente aceitáveis que, verdadeiramente, melhorem a atual situação de amplos setores da cidadania. “Os problemas aumentam e as respostas aos problemas tem a estranha qualidade de agravá-los”. E refere a oposição a permitir a Internet, a telefonia celular, as redes sociais e toda a tecnologia, apesar da importância desses meios para o povo. Concluiu, os únicos que não vem os benefícios são “os construtores de muros e dogmas, os intolerantes, os medrosos de mudanças e de renovação”. “Para esses, continua, o perigo, não é para a sociedade que se alegra quando uma pequena porção dessa liberdade lhes chega através dessa mesma tecnologia. E valorizam bem, regular ou mal, sendo que em Cuba: a sociedade civil tem deixado as fraldas”.³⁸

Alguns escritores e acadêmicos, desconhecedores da história cubana escrevem sobre o predomínio de Estados Unidos e da ditadura em Cuba antes da revolução de 1959. Em Cuba, desde o século XIX se realizaram guerras anticoloniais pela liberdade, pela democracia. Desde inícios do século XX manteve-se uma Constituição (1901) que, ainda com suas limitações, garantia direitos democráticos. Após quatro anos de ditadura, na década de 1930, Gerardo Machado foi derrubado pelo povo mediante uma greve geral. O primeiro regime ditatorial de Fulgencio Batista, iniciado no ano de 1934, teve que autorizar as liberdades públicas desde o ano de 1938 e no ano de 1939 viu-se obrigado autorizar a convocatória à Assembléia Constituinte, na qual foi aprovada a Constituição de 1940, uma das Constituições mais avançadas de América Latina na época. No ano de 1952 um golpe militar terminou com a democracia cubana, defendida pelo povo até culminar com o triunfo de 1959. Esse renascer da sociedade civil em Cuba, no novo milênio, tem seus antecedentes na história precedente ainda que sua multiplicidade de formas e pluralismo reflete os novos tempos.

Conclusões em aberto

Em resumo, pode se concluir que sobre o futuro cubano não há muitos pronósticos a fazer. Fica claro que a sociedade civil tem acordado de sua prolongada inércia e os fatos dos anos 1960-70 não se reproduzirão. A sociedade é mais incrédula e por isso o panorama econômico continua sem soluções à vista. O governo revela ter medo de conceder liberdades civis e democráticas, se aferra aos velhos mecanismos de controle social: a elite se configura com entornos mais rígidos, com figuras procedentes da alta hierarquia militar e os velhos comandantes (com 80 anos de idade mais ou menos), mantendo a arcaica e corrupta estrutura burocrática. O custoso aparelho do Estado não se suporta mais, seu desmoronamento começou pelas mais frágeis de suas estruturas. O fracasso da sua administração foi evidente e na atualidade estão diminuindo cada vez mais as empresas estatais. No entanto, em diferentes escalas e níveis, a sociedade civil se manifesta. Uns fazem suas propostas desde posições reformistas, tentando abrir lentamente algumas janelas à atuação de grupos, indivíduos, profissionais; outros, desde as contradições legalistas do próprio regime, exigem a legitimidade de grupos autônomos que expressem sua vontade de liberdades, ainda que outros projetem sua oposição nas margens políticas e sociais. Porém, o mais importante e visível é que todos, a partir de articulações, principalmente, familiares, também com o exterior, criam sua autonomia econômica, sem esperar nada do Estado.

NOTAS

* Doutora em Pedagogia e História da América pela Universidade de Havana. Fundadora e Editora da Revista Brasileira do Caribe. E-mail para contato: olgarosacgarcia@gmail.com

** Professor da Universidade Federal do Maranhão. Doutor em História pela Universidade de Brasília. E-mail para contato: rickleymarques@hotmail.com

¹ALONSO, Aurelio. Cuba: a sociedade após meio século de mudanças, conquistas e contratempos *In: Estudos Avançados*. SP, v 25 no 72 2011.

² *Idem*.

³ *Idem*.

⁴ FERNÁNDEZ ESTRADA, Oscar. Modelo de funcionamiento económico en Cuba y sus transformaciones. Seis ejes articuladores para su análisis *In: Observatorio de la economía latinoamericana*, no 153, 2011. Texto completo *In: www.wumed.net;cursecon;ecolat;cu;2011*.

⁵ Esta pesquisa sobre relações raciais foi solicitada pelo próprio Partido Comunista da cidade Havana a um grupo de antropólogos dirigidos pelo doutor Pablo Rodríguez. Pude ler uma cópia mas parece que não tem sido publicada.

⁶ ALONSO, 2011.

⁷ *Idem*.

⁸ CASTRO, Raúl (2011): Informe Central al VI Congreso del PCC. *In: http://www.cubadebate.cu/*, consultada el 9 de julio de 2011.

Castro, Raúl. Discurso de clausura del Séptimo Período Ordinario de Sesiones de la VII Legislatura de la Asamblea Nacional. *Granma*, 2 de agosto de 2011. *cubaencuentro/Opinion/ 29/06/2012*

⁹ ALONSO, 2011.

¹⁰ FERNÁNDEZ ESTRADA, 2011.

¹¹ Oficina Nacional de Estadísticas (2010): Anuario Estadístico de Cuba, 2009. *In: http://www.one.cu*, consultada em 9 de julho de 2011.

¹² FERNÁNDEZ ESTRADA, 2011.

¹³ “As leis do mercado dão outro preço (o real) a essas mercadorias pelas leis da oferta e da demanda” (Fernández Estrada, 2011).

¹⁴ FERNÁNDEZ ESTRADA, 2011.

¹⁵ *Idem*.

¹⁶ Em Cuba nos programas de TV são frequentemente mostrados os avanços na produção de alimentos de pequenos produtores e até empresas agrícolas privadas.

¹⁷ FERNÁNDEZ ESTRADA, 2011.

¹⁸ Juan Carlos Fernández Hernández, no dia 9 de maio de 2011 chamou a atenção sobre o controle estrangeiro do solo urbano, o rural apenas será questão de tempo (consultado in 9/5/ 2012 *Cconvivenciacubaes;content.blogcategoria*).

¹⁹ *Cubaencuentro/opinión*. Consultado 29/6/2012.

²⁰ Não é demais lembrar aqui que culturalmente há grandes diferenças entre cubanos e chineses, sem dúvida a cultura cubana tem muitos traços individualistas que estão ausentes na chinesa, daí a atitude de “simular que se trabalha” para o Estado que “simula que paga”, tão frequente no humor cubano atual quanto nos contos populares.

²¹ Marino Murillo, vicepresidente do Conselho de Ministros e membro do conselho de Estado procedente do MINFAR, desde o ano de 2006 mostrou-se como o homem de confiança de Raúl Castro; durante a Assembléia Nacional do Poder Popular desempenhou o papel principal nas decisões econômicas. Outras figuras, também da alta hierarquia militar, são Adel Ysquierdo diretor de empresas e chefe da direção de planificação e economia no MINFAR e os

gerais Ulises Rosales del Toro (supervisor de Agricultura) e Antonio Enrique Luzón (responsável do transporte e do desenvolvimento de infraestruturas).

²² FERNÁNDEZ ESTRADA, 2011.

²³ *Idem.*

²⁴ *Idem.*

²⁵ CABRERA, Olga. Cuba cultura e poder. *In: Textos de História*. Revista de Pós graduação da UnB vol.4 no.1 1996, p. 191-199.

²⁶ ALONSO, 2011.

²⁷ CASTELLANOS, Dimas. Portal desde Cuba. *In: Revista Contodos*, La Habana, Agosto 12, 2008; *La Nueva Cuba*, Septiembre 6, 2008.

²⁸ CABRERA, Olga. Presencia de Cuba. *In: Revista Brasileira do Caribe*. Vol VIII Jan-Jun 2008, p. 507-518.

²⁹ Apud PARANAGUA, Le Monde, 26/8/ 2011.

³⁰ *Idem.*

³¹ *Idem.*

³² ALONSO, 2011

³³ CABRERA Olga, & IBARRA, Isabel. Cuba: Perspectiva histórica en la formación de Maestros. *In: Revista Complutense de Educación*. Madrid, Vol. 21 Núm. 1, 2010, p. 37-51.

³⁴ Apud PARANAGUA, Le Monde, 26/8/2011.

³⁵ GUANCHE, Julio César. Una pasión política. *In: Revista América Latina en movimiento*, ALAI, Mayo 2011.

³⁶ Apud PARANAGUA, Le Monde, 26/8/2011.

³⁷ CABRERA e IBARRA, 2010.

³⁸ FERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Oscar. Cconvenciacubaes;content/blogcategoría/2011, consultado em 29/6/2012.

Data de envio: 07/05/2012

Data do aceite: 28/05/2012